

Novas empresas para uma nova era

Por Dani Rodrik

Valor Econômico, 17/02/2020

Se é para as empresas atenderem o interesse público, os trabalhadores e as comunidades locais devem ter muito mais voz em suas decisões

Empresas são a pedra fundamental da economia moderna. A maior parte da produção, do investimento, da inovação e da criação de empregos ocorre dentro delas. Suas decisões determinam não apenas o desempenho econômico, mas também a saúde e o bem-estar de uma sociedade. Mas quem deve governar as empresas, e em nome de quem essas decisões devem ser tomadas?

A teoria tradicional, com a qual nossas economias contemporâneas operam, é que empresas são governadas por - ou em nome de - investidores. Esta teoria propõe uma separação clara entre proprietários e empregadores - entre capital e trabalho. Os investidores são os proprietários da empresa e devem tomar todas as decisões relevantes. Mesmo onde isso é impraticável, como em empresas maiores com muitos investidores, a suposição é de que os gestores sejam “agentes” dos investidores - e apenas dos investidores.

As sociedades não devem permitir que investidores e seus agentes conduzam a reforma da governança corporativa. Se é para as empresas atenderem o interesse público, os trabalhadores e as comunidades locais devem ter muito mais voz em suas decisões

Esta teoria da empresa se baseia em duas ficções. A primeira, de que os investidores são os únicos “comprometidos” com a empresa e, portanto, os únicos que correm riscos. A segunda, de que os mercados são competitivos e livres de atritos, de modo que os trabalhadores (e outros diretamente afetados pelas decisões das empresas, como os fornecedores) podem sair e ir para outro lugar se não gostarem de como uma empresa em particular os trata.

Na verdade, um emprego é muito mais do que uma fonte de renda. Ele é parte crucial da identidade pessoal e social de um adulto. As relações que os trabalhadores constroem e a comunidade que adquirem no trabalho lhes dão um propósito e os ajudam a definir quem são. Um emprego proporciona ao trabalhador não apenas utilidade material, mas utilidade expressiva. Os contratos de trabalho determinam não só quanto podemos comprar, mas nosso senso de nós mesmos e até que ponto nossas aspirações e potencial são realizados.

Se os mercados fossem hipercompetitivos e livres de atritos, e se as informações fossem perfeitas, nada disso importaria muito. Os trabalhadores fechariam contratos completos com os investidores (ou seus agentes), levando em conta todas essas considerações. Os trabalhadores se distribuiriam entre as empresas, e optariam por trabalhar para as que lhes oferecessem a melhor combinação de benefícios materiais e valor expressivo. Mas no mundo real esses contratos completos não são possíveis e a concorrência imperfeita é a norma, o que dá às empresas um poder excessivo para moldar a vida de seus trabalhadores.

Em seu fascinante livro “Firms as Political Entities” (Empresas como entidades políticas), a jurista Isabelle Ferreras levou essas ideias mais longe para desafiar a concepção tradicional de empresas governadas por investidores. O problema, argumenta ela, surge da incapacidade de diferenciar a “corporação” da “empresa”. A corporação é uma forma jurídica sancionada pelo Estado que estabelece os privilégios e responsabilidades legais dos investidores e as relações entre eles. A empresa não é um conceito jurídico, enquanto tal; é uma organização social.

A questão de como as empresas devem ser governadas não tem uma resposta definida, tanto na lei como em termos de lógica econômica. Ferreras propõe uma analogia com os governos nacionais. À medida que a política nacional se tornou mais democrática, uma segunda assembleia, mais representativa, foi criada para complementar uma Câmara Alta dominada pela aristocracia. Da mesma forma, as empresas poderiam ser governadas de modo bicameral, com uma Câmara de trabalhadores em pé de igualdade com uma câmara de investidores.

O controle dos trabalhadores é importante para contrabalançar os incentivos que os investidores têm para desconsiderar o bem-estar de seus funcionários. Mas duas outras externalidades sociais exigem mais atenção. A primeira é que a inovação contemporânea ocorre dentro de ecossistemas em que as empresas dependem fortemente de outras empresas e fornecedores para estabelecer padrões, fluxos de conhecimento e técnicas.

A segunda é que existem o que Charles Sabel e eu chamamos de externalidades de “bons empregos”. As comunidades em que empregos bons e de classe média se tornam escassos desenvolvem uma ampla gama de problemas sociais e políticos - famílias desfeitas, dependência de drogas, crime, declínio do capital social, xenofobia. Não se pode esperar que os “membros” com bons empregos sempre defendam os interesses dos “estrangeiros”. Portanto, mesmo que os trabalhadores tenham poder nas empresas, precisamos de mecanismos para garantir que os interesses da comunidade em geral sejam internalizados.

Por esses dois motivos, a ação do governo continua indispensável. Os governos têm de dar a cutucada necessária para resolver falhas locais de coordenação. E precisam proporcionar os incentivos e punições necessários para que as empresas internalizem as externalidades dos bons empregos. As empresas não devem considerar essas intervenções governamentais como restrições ao que podem fazer, mas como uma expansão de suas possibilidades tecnológicas e de emprego.

Nos últimos anos, as grandes empresas se tornaram mais conscientes de que precisam dar atenção não apenas aos resultados financeiros, mas também aos efeitos sociais e ambientais de suas atividades. Hoje as discussões sobre governança corporativa estão repletas de discursos sobre responsabilidade social, o modelo das partes interessadas e os critérios ambientais, sociais e de governança (ESG, sigla em inglês de environmental, social and governance). Um número crescente de empresas se define como “híbrida”, que busca lucro e propósito social ao mesmo tempo. Algumas perceberam que tratar melhor os trabalhadores pode ser bom para os lucros.

Todos esses desdobramentos são bem-vindos. Mas as sociedades não devem permitir que investidores e seus agentes conduzam o debate sobre a reforma da governança corporativa. Se é para as empresas, como atores sociais e políticos, atenderem o interesse público, os trabalhadores e as comunidades locais em particular devem ter muito mais voz em suas decisões. **(Tradução de Lilian Carmona)**

Dani Rodrik é professor de Economia Política Internacional na Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard, é autor de Straight